

Palmas, TO — 02 de setembro de 2026

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Candidato(a) ao Governo do Estado do Tocantins
Assunto: Carta de Encaminhamento de Recomendação Setorial Climática

CARTA DE RECOMENDAÇÕES CLIMÁTICAS PARA O ESTADO DO TOCANTINS (2027–2030)

Prezado(a) Candidato(a),

O Centro Brasil no Clima (CBC) cumpre o dever institucional e cidadão de apresentar a V. Sa. a Ficha Técnica Setorial Climática do Estado do Tocantins, integrante da [2ª edição do Anuário Estadual de Mudanças Climáticas 2026](#). O Anuário consolida um diagnóstico rigoroso e independente sobre a governança climática, a trajetória de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e as principais vulnerabilidades socioambientais do território tocantinense.

Diante da intensificação dos eventos climáticos extremos — como a estação seca cada vez mais longa, acompanhada de ondas de calor e de queimadas de grande extensão no Cerrado, cuja fumaça degrada a qualidade do ar e a saúde da população, e as cheias dos rios Araguaia e Tocantins, que atingem comunidades ribeirinhas e indígenas —, a integração de diretrizes de mitigação e adaptação ao plano de governo para a gestão 2027–2030 ultrapassa a pauta ambiental: trata-se de um imperativo econômico, de infraestrutura e de proteção social.

1. Diagnóstico do Estado do Tocantins

Eixo Temático	Diagnóstico Tocantinense (Anuário 2026)
Governança e Legislação	Instrumentos estaduais de clima avançados como o Plano ABC e o PPCDAm-TO, mas ainda sem plano estadual de mitigação, sem política estruturada de Pagamento por Serviços Ambientais e com conflitos agrários não endereçados. A expansão da fronteira agrícola convive com baixa articulação entre comando e controle, monitoramento e manejo do fogo.
Energia e Mobilidade	Matriz elétrica fortemente hidrelétrica, porém, vulnerável a estiagens, com elevado potencial solar pouco explorado. 63% das emissões do setor de transporte são advindas do transporte de cargas de longa distância, com baixa participação de combustíveis renováveis.
Uso do Solo e Biodiversidade	Cerrado sob forte pressão de conversão para soja e pecuária no âmbito do Matopiba, com grilagem, fragmentação de habitats e queimadas recorrentes no Jalapão e no entorno da Ilha do Bananal. Necessária manutenção do pacto Desmatamento Zero e ações de recuperação da qualidade da pastagem.

Adaptação e Riscos

Plano de Adaptação estadual ainda em elaboração, em território exposto ao ciclo de seca prolongada com riscos de queimadas extensas e cheias descrito acima, com solos degradados e baixa capacidade de resposta local.

2. Recomendações Setoriais Estratégicas (2027–2030)

Com base no mapeamento técnico do Anuário 2026, o Centro Brasil no Clima recomenda ao estado do Tocantins a adoção das seguintes prioridades setoriais:

A. Fortalecimento da Governança Climática e Financiamento

Instituir a política e os planos estaduais de clima com metas setoriais mensuráveis e integradas ao orçamento, operar o fundo climático estadual, implementar o programa jurisdicional de REDD+, concluir a regularização fundiária e a validação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), com análise automatizada. Elaborar inventário periódico de emissões de GEE e fortalecer a capacidade institucional do Instituto Natureza do Tocantins (Naturatins) e fomentar a integração sistêmica entre órgãos de registro fundiário e órgãos ambientais, e promover maior integração da política estadual com os gestores municipais.

B. Adaptação, Resiliência Urbana e Gestão de Riscos

Finalizar o Plano de Adaptação em elaboração, estruturar a prevenção e o combate a incêndios com brigadas permanentes, manejo integrado do fogo e resposta de saúde aos episódios de fumaça. Elaborar planos de contingência para as cheias dos rios Araguaia e Tocantins e para a estação seca prolongada, assegurar segurança hídrica para o abastecimento e a irrigação com gestão de bacias e redução de perdas, implantar mapeamento de risco, drenagem urbana e sistemas de alerta antecipado.

C. Transição Energética e Mobilidade Sustentável

Expandir a geração solar distribuída e de biomassa para reduzir a vulnerabilidade da matriz hidrelétrica às estiagens; universalizar o acesso à energia limpa em comunidades rurais, indígenas e tradicionais; ampliar a participação da Ferrovia Norte-Sul e da hidrovía no escoamento de grãos, com recuperação da BR-153; e iniciar a eletrificação do transporte coletivo em Palmas e Araguaína.

D. Combate ao Desmatamento, Restauração e Bioeconomia Florestal

Reduzir a conversão do Cerrado com fiscalização integrada, restrição de novas supressões em áreas de alto valor de conservação e combate à grilagem, recuperar áreas de preservação permanente e nascentes das bacias do Araguaia e do Tocantins, direcionar a expansão agropecuária para pastagens degradadas sem novas conversões, proteger o Jalapão e o entorno da Ilha do Bananal, ampliar o pagamento por serviços ambientais e fomentar a bioeconomia do Cerrado e o extrativismo comunitário. Reposicionar a agricultura familiar e os povos tradicionais como atores centrais da estratégia de descarbonização através de uma política de Zoneamento Agroecológico.

3. Compromisso com a Agenda Climática Tocantinense

Convidamos V. Sa. a incorporar estas diretrizes estratégicas ao seu Programa de Governo definitivo e ao Plano Plurianual (PPA 2028–2031), reafirmando o protagonismo do Estado do Tocantins no alcance das metas climáticas nacionais e globais.

Permanecemos à disposição para reuniões técnicas e aprofundamento das recomendações apresentadas.

Atenciosamente,

DIREÇÃO EXECUTIVA

Centro Brasil no Clima (CBC)

contato@centrobrasilnoclima.org | www.centrobrasilnoclima.org